

CENTRO E PERIFERIA SOB A ÓTICA PÓS-MODERNA

a questão da Marginalização da América Central

Bruna Maria de Azevedo Padilha¹

Thales Silva de Oliveira²

Resumo: O presente artigo visa analisar os fatores históricos e geopolíticos, assim como das relações de poder que promovem discursos que marginalizam a América Central em suas complexidades e especificidades. São utilizadas, como base teórica, as epistemologias de cunho pós-modernista, debatendo as definições de centro e periferia, e de como estas relações de poder influem negativamente na história e nos perfis atuais da região. A análise histórica foca nos elementos de identificação dos processos de colonialidade sobre a região, promovendo o diálogo das análises do pós-modernismo com os pós-colonialismos para que possa ser feito um retrato da contemporaneidade nos subcontinentes e da organização social destes países, observando não só suas problemáticas, mas sim suas entidades políticas, internas e externas, os novos processos de integração regional, cooperação sul-sul, a presença e a inserção desses países no cenário internacional, assim como de suas organizações regionais.

Palavras-chave: América Central. Periferia. Marginalização.

Abstract: This article aims to analyze the historic and geopolitical factors, even as the power relations that promote speeches that marginalize the Central America on all its complexity and specificities. The Postmodern epistemologies works here as a base to build a debate about the perspectives that define what is center and what is periphery, trying to understand how these power relations exerts a negative influence on Central America currently and historically. The historic analyzes have a focus on the identification of some aspects about coloniality on the region, building a complex dialogue between post-modernism and post colonialism ideas. Trying to understand the questions that these ideas could debate about the contemporary Central America, observing the social organization on these countries, their problems, political entities, process such as regional integration, South-south cooperation, regional organizations and the presence of these countries on international scene.

Keywords: Central America. Periphery. Marginalization.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Faculdade Associação Caruaruense de Ensino Superior (Faculdade ASCES). E-mail: bruninha_m10@hotmail.com

² Graduando em Relações Internacionais pela Faculdade Associação Caruaruense de Ensino Superior (Faculdade ASCES). E-mail: thalesaderbal9@hotmail.com

Introdução

É cada vez mais visível o progressivo interesse da academia em focar estudos mais específicos sobre a América Latina, essa crescente pesquisa está muitas vezes ligada a perspectivas de interesses econômicos, políticos, diplomáticos e comerciais, assim como de análise das questões específicas destas nações, observando que as previsões ditas hegemônicas trazem análises vistas como superficiais, através de óticas mais críticas, das relações entre os países deste subcontinente (Aguilar; Vitorino, 2013). Porém, o que tem observado, é que estas pesquisas terminam por colocar a América Central em posição de periferia, analisando-a de forma bastante marginalizada. Segundo o Dicionário Online Michaelis, marginal é aquele “pertencente ou relativo à margem”, sendo marginalizado “aquele que se marginalizou. Indivíduo mais ou menos improdutivo, indigente, subempregado ou que como trabalhador, embora amparado pela legislação trabalhista, não tem condições de manter uma família, vivendo por isso à margem da sociedade” (UOL, 2016).

O presente artigo tem como um de seus principais focos, debater os conceitos de Centro e Periferia, através da roupagem crítica do pós-modernismo, observando assim as relações de poder que definem a modernidade, assim como dos diversos tipos de desenvolvimento e produção de conhecimento que esta categoria traz com si, desconstruindo tais perspectivas e as análises de tendência eurocêntrica. Para isso seguiremos uma linha de análise histórica dos países da América Central, reconhecendo as suas especificidades e elementos geopolíticos e históricos que determinam estudos mais focados na região do Istmo americano. A análise histórica debaterá bastante os temas referentes a colonialidade e da identificação destes processos e relações de poder que ainda infringem bastante no perfil atual da região, invisibilizando-a, esses fatores serão observados a partir de um diálogo de perspectivas críticas que tratam dos temas referentes a colonialidade com a crítica pós-moderna, onde a partir das categorias de modernidade e pós-modernidade são feitas análises mais críticas sobre perspectivas que tendem a definir verdades universais, principalmente quando são debatidas análises que se utilizam do conceito de racionalidade para tornar legítimos as formas de produção de conhecimento advindas deste conceito de racionalidade, como por exemplo o empirismo, contestando assim, também, os modelos de desenvolvimento e o discurso de progressão da humanidade a partir da ciência, apontando o quanto esta ciência é determinada por estes padrões de produção de conhecimento, identificado em sua maioria como eurocêntricos, principalmente na crítica pós-moderna e pós-colonial. Pensadores pós-

modernistas e pós-positivistas da Relações Internacionais em geral, tendem a ter, então, uma posição bastante crítica ao conceito de racionalidade, acreditando que não existem verdades universais, pois todo conhecimento é enviesado em complexas relações de poder, vivências pessoais, contextos históricos e sociais e até mesmo interesses (Devetak, 2005).

Será feito então um retrato contemporâneo da região, observando em quais elementos a posição marginal destes países terminaram por influenciar em suas problemáticas e demandas atuais, assim como será feita identificação das relações de poder históricas que determinaram um perfil de análise periférico para estas nações. Serão discutidos temas como a colonialidade, onde as teorias pós-modernas irão fazer um diálogo com os pós-colonialismos, as identidades centro americanas e a desconstrução dos eurocentrismos, os temas que entram como foco de pesquisa sobre a América Central também terão suas análises discutidas, observando assim temas como, por exemplo, os efeitos do pós-guerra civil no Istmo centro-americano, a ação das milícias de crime organizado, a questão da considerável população migrante centro-americana e de como essas ações tem efeitos políticos e econômicos que atingem a região com considerável força, além disso, serão consideradas, também nesta análise políticas de integração regional, cooperação sul-sul, participação em organizações internacionais, além da formação de organizações próprias da região e da influência desses movimentos sociais, políticos, econômicos e diplomáticos na inserção da América Central no cenário internacional.

Crítica pós-moderna aos conceitos de Centro e Periferia

A priori, será promovido o debate sobre a partir de quais perspectivas e categorias são definidos os conceitos de Centro e Periferia no cenário internacional, assim como analisar quais pontos geográficos estes alcançam como isso também pode estar relacionado a uma certa estabilização que definiriam uma posição dos processos de afirmação políticas destes países dentro do cenário internacional. Nossa análise usará principalmente a temática pós-moderna da modernidade e pós-modernidade, para poder analisar com mais criticidade essa dicotomia.

Segundo o dicionário Aurélio centro pode ser “a parte mais ativa da cidade, onde estão os setores comerciais e financeiros” ou “lugar onde se desenvolvem certas atividades com objetivo determinado” já o conceito de periferia, no mesmo, pode alcançar o seguinte significado: “Numa cidade, a região mais afastada do centro urbano” (FERREIRA, 2006). Considerando essa perspectiva aplicada ao cenário internacional, tal identificação geralmente surge a partir

das análises que definem os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, nessas perspectivas também são considerados os países emergentes ou em desenvolvimento.

Outra dicotomia comumente aplicada ao cenário internacional diferencia os países em Norte e Sul globais. Essa segunda análise talvez esteja mais próxima das definições de centro e periferia, porém estas surgem de uma perspectiva mais crítica que conseguem observar quais as relações de poder históricas, políticas e diplomáticas específicas definem quem faz parte do centro e da periferia (Jackson; Sørensen, 2007).

Essa análise de vertentes mais críticas, onde se encaixa o pós-modernismo, consegue observar mais claramente que essas relações estão baseadas em relações bem mais complexas do que os simples levantamento de dados de desenvolvimento sócio econômico, por exemplo, mas sim em relações que tornam legítimas as ações tomadas com base no conhecimento produzido em determinado ponto geográfico, sendo as perspectivas eurocêntricas um dos exemplos de maiores críticas das análises desconstrutivistas. Considerando que a produção de conhecimento está intimamente ligada aos interesses políticos, de formação e de legitimidade dos discursos.

Ao se aplicar pode-se dizer que o centro seria visto como algo historicamente produzido, que assim resulta da ação, ao longo do tempo, de inúmeros atores, que a partir de suas ações conjuntas e individuais para a formação do centro. A mesma ideia para periferia, mas com os prejuízos das ações dos atores para a formação da periferia, ou mesmo por deixá-los de lado, no caso o que seria marginalizado pelas ações desses atores estaria dentro desta periferia, como mostram Vieira e Caldas:

Muitos autores, como Harvey (1993) e Derrida (1967), caracterizam a chamada “era pós-moderna” por diversos elementos, como a globalização; o relativismo e o pluralismo, caracterizados pela dissipação da objetividade e da racionalidade, tidas como tipicamente modernas; a espetacularização da sociedade, marcada pela centralidade da mídia e da imagem; a cultura de massa; a normalização da mudança pela perpetuação de tudo como volátil e transitório; o papel do indivíduo na sociedade primordialmente como consumidor; e a comoditização do conhecimento (2006, p. 64).

O prejuízo às análises históricas da América Central a partir da categoria da colonialidade e pós-modernidade

É bastante comum que se pensem nos Iluminismos como grandes linha de pensamento históricas visam a emancipação política, por exemplo, a categoria do iluminismo dialoga bastante com as linhas de pensamento que serviriam de base para o liberalismo político e o diálogo que este faz com categorias que mais tarde iriam defender novos modelos de democracia, livre comércio (em um complexo diálogo com o liberalismo econômico) entre diversas outras categorias que, segundo as perspectivas que as defendem são essenciais para a promoção da emancipação do ser humano como ser social e político (Jackson; Sørensen, 2007).

Para tornar isso legítimo, são impostas diversas categorias que definiriam agendas e metodologias de pesquisa, a partir de elementos que debatem por exemplo, empirismo e o conceito de racionalidade, definição que surge também com uma grande força na definição de que tipo de conhecimento seria tido como realmente válido, em uma resposta tida de urgência às perspectivas religiosas, mas que ao redefinirem novas categorias de mensurabilidade sobre o conhecimento, terminaram por reproduzir discursos que definem novas verdades universais, como enxergam as análises teóricas mais críticas, e assim pouco contribuem para a tão discursada emancipação de outras perspectivas de conhecimento, principalmente quando se debatem categorias como a dicotomia modernidade x pós-modernidade e colonialidade (Sarfati, 2005).

Na epistemologia Pós-modernista, as perspectivas iluministas são criticadas de forma densa, pois para Habermas (apud Vieira; Caldas, 2006) e outros teóricos de Frankfurt, no mundo pós-moderno o projeto iluminista não faria mais sentido. O conceito de racionalidade seria muito mais impreciso do que o Iluminismo poderia pensar, assim, o conhecimento poderia ser apenas entendido com o tempo, espaço e contexto social em que se é elaborado, por indivíduos e grupos. E apesar de toda a teoria se desconstruir, seria para revelar e entender seus pressupostos e contradições, que essas contradições mostrariam os vários sentidos do conhecimento como a dinâmica e o contexto que se foi criada e legitimada tal perspectiva.

Assim, utilizando o tema da colonialidade e de como esta infringe no contexto social da América Central ainda na atualidade é de extrema importância para o debate sobre a região quando se faz uma análise pós-modernista de identificação das relações de poder que atuam

sobre os contextos políticos, econômicos, diplomáticos, comerciais, sociais e de produção e reprodução do conhecimento. Esses estudos crescem de forma bastante essencial ao promover novos projetos de emancipação, partindo do pressuposto o reconhecimento de ações mais próprias referentes aos atores estatais e não estatais da região do Istmo centro-americano, entendendo processos como por exemplo, conformação histórica, o complexo debate sobre as revoluções que atingiram a região na segunda metade do século XX frente ao binário debate sobre a Guerra Fria entre outros contextos de identificação da colonialidade do saber, na produção de conhecimento histórico sobre a região.

As identidades centro-americanas e os eurocentrismos sob a ótica do diálogo entre pós-modernismos e pós-colonialismos

Para que se possam entender melhor as especificidades do subcontinente centro-americano, é preciso que se façam algumas revisões históricas referentes aos perfis históricos da região, analisando quais são as inferências que processos como a colonização e a marginalização histórica que coloca a região em ponto periférico do sistema internacional terminam por influir na análise das problemáticas centro-americanas contemporâneas, referente a uma complexa afirmação das identidades centro-americanas frente aos eurocentrismos e outras categorias de análise do gênero.

Inicialmente faz-se uma diferenciação dos perfis históricos entre a América Central Ístmica e a América Central Insular, a primeira é tida como a estreita faixa de terra continental que fica entre a América do Norte e a América do Sul já a América Central Insular, muitas vezes popularmente chamada também de Caribe ou Antilhas são as diversas ilhas principalmente localizadas entre os ditos, Mar do Caribe e Golfo do México.

A América Central Ístmica, ou continental tem um perfil histórico bastante parecido, é formada atualmente por sete Estados, sendo estes Belize, Panamá, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, os cinco últimos foram colonizados pela Espanha, formando na época a Capitania Geral da Guatemala, se tornando independente em 1821, onde formaram a República Federal Centro-americana, em 1840 a mesma se desintegra, porém deixa como herança uma espécie de solidariedade favorável a processos como, por exemplo, a integração regional que perdura até hoje (Ávila, 2010).

Essa perspectiva favorável a processos de integração regional, definidos por Carlos Ávila (2010) como herança do chamado legado morazanista, em função da obra de Francisco Morazán (1792-1842), reconhecido líder unionista referente ao contexto centro-americano. Esse grande favorecimento por processos desse tipo termina tendo grande influência na formação da América Central Contemporânea, na formação de blocos regionais como o SICA (do qual vamos tratar com maior especificidade no tópico 4 deste texto), da identificação periférica que abrirá portas para processos como, por exemplo, o regionalismo aberto no istmo (Aguilar; Vitorino, 2013).

A América Central Insular tem um perfil histórico um pouco mais complexo, inicialmente é preciso destacar que apesar da colonização espanhola também ter sido forte na região, esta também foi colonizada por vários outros Estados, incluindo Reino Unido, França e até Holanda, destacando o contexto geográfico onde as várias pequenas colônias ficavam basicamente próximas tanto em elementos territoriais quanto geopolíticos.

Um dos elementos históricos mais ilustrativos da Grande Bacia do Caribe são os relatos referentes à tida época dourada da pirataria, onde diversas embarcações, repletas de riquezas que haviam sido retiradas da região, principalmente espanholas foram saqueadas pelos tidos criminosos do mar que se organizavam fortemente na região.

A região também recebeu uma quantia considerável de escravos africanos traficados o que termina por influenciar grandemente na formação étnica e antropológica desta região, atualmente, como também reflexo de processos imperialistas que muitas vezes forçam a abertura econômica dos países da região, a América Central Insular é comumente conhecida pela economia baseada, muitas vezes, basicamente no turismo e na formação de “paraísos fiscais” (Pizzolotto; Rimes; Silva, s/d).

Ao ser feito o traçado histórico específico das sub-regiões da América Central, é possível observar com uma maior complexidade o quanto o conhecimento sobre esta ainda é bastante enviesado em análises muitas vezes eurocêntricas ou favoráveis a específicos hemisférios globais que manifestaram ações imperialistas no domínio da região. A partir do momento em que são feitas estas desconstruções históricas, observa-se que estas relações de poder ainda estão bastante ligadas a mecanismos de reprodução da colonialidade, por exemplo, e assim ao promover a emancipação destes, se consegue analisar com uma ótica mais crítica quais os fatores e elementos sistêmicos que dão forma aos traçados da América Central Contemporânea. Nosso estudo dará maior foco para as especificidades da América Central

Ístmica, visto que historicamente é preciso entender bem as categorias que dividem a sub-região da América Central em Istmo e Caribe, escolhendo focos de pesquisa.

A partir da pesquisa feita pelos atuais doutorandos em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, Juliana Vitorino e Aleksander Aguilar no artigo “Entre o Norte e o Sul: a América Central na periferia do sistema internacional” pode-se chegar a um gráfico que mostra que dentre as várias revistas que tratam sobre América Latina, descendente de uma já considerável e bastante rica produção literária sobre a região, que surge muito a partir de interesses específicos, principalmente econômicos. Destas, das poucas que tratam as especificidades da América Central, uma porcentagem considerável (em soma, 57,4%), tratam de temáticas ainda bastante negativas, dos quais as quatro que mais se destacam são a condição de Estados pós-guerra, a debilidade das instituições, as *maras* e a violência além das constantes migrações. Reconhece-se que os temas tratados são problemáticas bastante consideráveis no contexto centro-americano, porém segundo Vitorino e Aguilar, ao persistir nesses temas, a academia pode terminar reproduzindo análises generalizadas, deixando escapar temas mais latentes as novas configurações sociopolíticas do istmo, como por exemplo, ao observamos o mesmo gráfico nota-se que temas como, por exemplo, a atuação dos Estados Unidos no região (esta bastante visada por teóricos críticos a partir das categorias dos novos imperialismos) e da identidade centro-americana, que ocupam, respectivamente, apenas 1,8% e 0,3% no mesmo.

Ao analisarmos os temas que ocupam a posição de “*mainstream*” sobre a América Central Contemporânea a partir de uma perspectiva mais crítica sobre os conceitos de imperialismo, verdade universal, modernidade e colonialidade consegue-se observar que o retrato das problemáticas atuais do subcontinente deve-se muitas vezes a perspectivas de marginalização histórica, social e até mesmo político-diplomáticas que incluem a região na categoria de *periferia* e tornam legítimas as ações do *centro* sob esta.

A análise sobre a situação dos Estados pós-guerra é bastante considerável e ao observar-se com maior criticidade, está, em muitas vezes intimamente ligada às problemáticas das migrações centro-americanas. Apesar de a academia insistir em incluir a América Central como parte do contexto de Guerra Fria, ou seja, em sua definição inicial, sem a presença de conflito armado, esta região sofreu com fortes guerras civis e entre si, das quais a influência da Guerra Fria e das perspectivas ideológicas que a categorizam são bastante consideráveis (Aguilar; Vitorino, 2013).

A perspectiva do pós-guerra na região também tem forte influência em causas como o desemprego e as constantes migrações centro americanos, segundo Vitorino e Aguilar:

As migrações são feitas, frequentemente, em situação de emergência, o pós-guerra centro-americano é identificado como o período em que se formou um novo fluxo migratório, impulsionado por uma ausência generalizada de políticas nacionais de desenvolvimento. Além disso, o investimento produtivo e a geração de empregos formais são outras áreas carentes que acabam por não reter os nacionais na região (2013, p. 13).

As migrações do continente centro-americano são tão constantes que muitos autores e até mesmo políticas públicas já o incluíram como categorias de análise, denominando-os “migradólares”, essa definição se dá por que esses emigrantes mandam quantias consideráveis de dinheiro para seus familiares que permaneceram no istmo. Segundo Carlos Ávila em seu artigo sobre a inserção internacional do istmo, cerca de 4 milhões de centro-americanos vivem fora do mesmo, principalmente nos Estados Unidos, estes enviam, em soma cerca de 12,5 bilhões de dólares a seus países, o que forma uma porcentagem considerável do Produto Interno Bruto destas nações. O que torna essa soma um conjunto de recursos vitais para a economia dos países do istmo (Ávila, 2010).

Um exemplo bastante ilustrativo em relação aos migradólares é o das políticas de El Salvador para a captação das quantias, onde o governo tem um duplo e contraditório papel, de assegurar a residência dos salvadorenos fora, evitando políticas de deportação que poderiam agravar problemáticas como, por exemplo, o desemprego, assim como manter os vínculos que fazem os emigrantes continuem enviando as remessas para El Salvador.

A considerável debilidade institucional e o debate sobre os emigrantes centro-americanos dialogam fortemente com a questão do crescimento de organizações crime organizado no istmo, como, por exemplo, as *maras/pandilla*. A debilidade institucional anteriormente citada também surge como reflexo das guerras nas regiões, onde o volume de migrações aumentou consideravelmente. Pode-se citar o exemplo da formação da Mara Salvatrucha 13, reflexo, principalmente, de uma política de deportação em massa dos Estados Unidos. Essas pessoas haviam se constituído nas grandes zonas periféricas de cidades estadunidenses como Los Angeles e já haviam conseguido desenvolver ali uma complexa engenharia de ação de crime organizado baseadas no narcotráfico e em parcerias com cartéis de drogas. Ao serem deportados de volta para seus países passou-se a observar que estes

conseguiram se estabelecer consideravelmente no istmo, ainda mais observando que estas estão já bastante infiltradas nas instâncias governamentais, o que torna a capacidade de resposta estatal ainda mais frágil. Tentou-se ainda durante um período aplicar as políticas denominadas “mano-dura”, das quais se tratavam perspectivas de ação mais coercivas, porém estas não resolveram o problema, e só aumentaram a população carcerária do istmo, já que é preciso analisar que o desenvolvimento da violência e do crime organizado nestas regiões surge de um contexto de privações generalizadas e falhas na garantia do estado de direito e não da falta de controle sócia (Aguilar; Vitorino, 2013).

Um dos exemplos que mostram o quanto os temas do pós-guerra, das migrações e do crime organizado dialogam fortemente entre si é o da constante migração de crianças desacompanhadas que todos os anos tentam atravessar a fronteira do México com os Estados Unidos, segundo Vitorino, entre 50 e 60 mil no ano de 2014. Essas crianças muitas vezes fogem da violência causada pelos ditos “caras que vieram do Norte” que são justamente as pessoas que foram deportadas e formam atualmente organizações como a Mara Salvatrucha 13 e a Barrio 18, consideradas duas das maiores gangues do mundo. Estas podem muitas vezes se encontrarem em famílias desestruturadas. Assim, a presença das gangues pode se estabelecer de forma positiva em relação aos jovens, oferecendo abrigo e confortos mínimos ou negativamente ao promoverem perseguições, por exemplo, aumentando a evasão escolar na região e a migração das populações de jovens e crianças (Vitorino, 2014).

A América Central contemporânea: integração regional, organizações internacionais e movimentos sociais

A integração regional do istmo tem grande influência da perspectiva histórica já anteriormente citada, porém é apenas em 1951, através da criação do Comitê de Cooperação Econômica do Istmo Centro-americano, nesta época o processo de integração regional da América Central tinha grande influência do modelo de integração que estava começando a surgir na Europa e que mais tarde daria abertura para a formação da União Europeia. Os avanços obtidos do processo de integração levaram ao aprofundamento, através do *Tratado General de Integración Económica Centroamericana*, em 1961 (Avilar; Vitorino, 2013).

As guerras civis que aconteceram na região a partir da década de 1960, fez com que os processos de integração regional sofressem uma pequena e considerável pausa, porém na

década de 1980, quando algumas perspectivas de fim dos conflitos armados começaram a florescer, e a esperança na integração regional volta a ser forte e crescente na região.

O Sistema da Integração Centro-americana (SICA) é o bloco onde atualmente se dá, através de suas agências especializadas, as ações de cooperação e solidariedade intrarregionais. Criado em 1991 a partir do Protocolo de Tegucigalpa, sendo voltada para formação de ações que impulsionem as democracias e preservem pelos temas de segurança na região. É formado pelos sete países do istmo além de ter a República Dominicana como associada. Como observadores regionais estão o Brasil, o México e o Chile e como observadores “estrangeiros” estão Espanha, China e Alemanha. A integração do istmo, principalmente nos governos anteriores a ascensão da centro-esquerda, se dá fortemente em uma perspectiva de regionalismo aberto, o que termina por receber muitas críticas, pois muitos analíticos observam que a livre entrada e saída, principalmente dos liberais na região, pouco contribui para um desenvolvimento mais próprio da região, tornando estas academias dependentes e pouco atendendo as demandas sociais específicas das populações, muito menos para a preservação do meio ambiente desta.

A partir das novas eleições e da ascensão dos partidos de centro-esquerda no istmo (todos os países estão estabelecidos em regimes democráticos de governo, apenas Honduras que havia sofrido recentemente com alguns reflexos de ações internas que corroboram para questionamentos e complexos debates sobre modelo democrático que ali se dá), o tema da cooperação sul-sul também se desenvolveu, fortemente na região, que passa a desenvolver uma política externa, ainda mais para os países ditos subdesenvolvidos, tanto no âmbito hemisférico, quanto através de relações bilaterais e multilaterais, foram fortalecidas relações com a Aliança Bolivariana Para os Povos das Américas, China e até Taiwan, sendo que dos poucos 23 Estados que estabelecem relações diplomáticas com a ilha, seis estão na América Central (Vitorino e Aguilar, 2013).

Assim, a cooperação sul-sul, apesar de algumas controvérsias, como por exemplo, o estabelecimento de relações tanto com a China quanto com Taiwan, o que historicamente, o fortalecimento de um lado, poderá contribuir para o enfraquecimento das relações com o outro, tem se mostrado uma forte perspectiva de inserção internacional do istmo. Ainda são muitos os questionamentos a serem feitos, desde, por exemplo, a questões referentes ao meio ambiente que dialogam fortemente com a presença, cada vez mais forte da China nas economias centro-americanas se manifestando de forma ainda mais ilustrativa em projetos, como, por exemplo, o do Canal Interoceânico da Nicarágua, entre outros do tipo, que entram totalmente em conflito

com as agendas mais radicais de preservação do meio ambiente. A perspectiva da cooperação sul-sul, entra em espaço ainda mais conflituoso, quando tem que dividir os protagonismos da política externa com o ainda fortemente presente regionalismo aberto, que dão abertura para processos, como por exemplo, os acordos de livre comércio com os Estados Unidos, as ações de subordinação das direitas centro-americanas aos Estados Unidos, principalmente após os ataques de 11 de setembro, mostram o quanto ainda é forte a influência estadunidense na economia da região, principalmente quando esta ainda estava sob governo dos partidos de direita.

Apesar das diversas críticas, questionamentos e debates que ainda serão feitos, já é possível observar com uma considerável clareza que os países da América central estão cada vez mais em busca da multipolaridade, sendo através das relações hemisféricas ou pela cooperação sul-sul. Com participação cada vez mais ativa em organizações internacionais sempre tentando trazer aos debates as categorias de identidade e representatividade do subcontinente. As relações do SICA com a União Europeia também tem tido seus laços estreitados, além das cooperações diplomáticas com países asiáticos e latino-americanos, como já anteriormente citados. Destaca-se ainda a forte relação que os países tem, tido com o Brasil, que atualmente está como observador regional do SICA, como já anteriormente citado, além ter crescido cada vez mais os volumes de importação e exportação destes países com o Brasil. O que mostra como os países do istmo tem se organizado, apesar das ainda muitas debilidades, em reconhecimento de seu papel periférico, para uma busca cada vez mais preponderante pela multipolaridade e pela maior representatividade emancipatória no âmbito da alta política internacional, considerando a ação de seus movimentos sociais internos, e do reconhecimento de suas demandas específicas, em busca de uma ótica sobre o desenvolvimento mais própria e não pré-determinada.

Considerações finais

A crítica pós-moderna dialoga fortemente com as questões centro-americanas retratadas neste texto, apesar de ser mais usual tentar observar essas questões a partir de uma análise crítica às categorias de colonialidade, procuramos reconhecer que partir da problematização dos conceitos de modernidade e pós-modernidade e do diálogo destas com a observação das colonialidades, trazer uma nova roupagem crítica a essas questões.

Isso termina por nos levar a contestar até que ponto a modernidade não atende a perspectivas eurocêntricas e hemisféricas de desenvolvimento, e não atende as especificidades dos países da América Central, assim como não reconheceu suas demandas de saber histórico.

Assim, é possível observar com maior criticidade os elementos as ações e decisões tomadas em nome do desenvolvimento da América Central, promovendo uma análise que vise aprofundar o conhecimento sobre os atores que atuam na região e como isso formaliza opiniões que irão refletir no âmbito, político, social e do direito destas populações. Reconhecendo a ação de atores tanto estatais, quanto não-estatais, e como estes tem contribuído nestes processos.

Reconhece-se que os debates plurais entre os atores, apesar de esta ser, muitas vezes, uma perspectiva de tomadas de decisões mais complexas e demoradas, talvez esta funcione melhor para a análise e formação de políticas na América Central, principalmente quando se debatem categorias emancipatórias, reconhecendo assim a crítica pós-moderna às verdades únicas e as relações de poder por trás destas.

Referências

AGUILAR, Aleksander; VITORINO, Juliana (2013). Entre o Norte e o Sul: a América Central na periferia do sistema internacional. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindoia. **Anais eletrônicos do Portal das Ciências Sociais Brasileiras**. Brasil: ANPOCS. Disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=1178&Itemid=412>. Acesso em 23 nov. 2015.

AVILA, Carlos Federico Domínguez (2010). A América Central e sua inserção internacional: um balanço das suas relações hemisféricas e globais (2001-2010). **Revista de Economia e Relações Internacionais**. v. 9. n. 17. p. 79-91. Disponível: http://www.faaap.br/pdf/faculdades/economia/revistas/ciencias-economicas/revista_economia_17.pdf. Acesso em: 30 Jul. 2015.

DEVETAK, Richard (2005). Postmodernism. In: BURCHILL, Scott. [et al.]. **Theories of International Relations**. Palgrave Macmillan, 3ª Edition. pp. 161 a 187. Disponível em: <<http://gondayumitro.staff.umm.ac.id/files/2014/09/Theories-of-IR.pdf>>. Acesso em: 30 Jul.. 2015

FERREIRA, Aurélio. (2006). **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 6. ed. rev. atual. Curitiba: Positivo.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, G. (2007). **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, RJ. Zahar, v. 2.

PIZZOLOTTO, Camila; RIMES, Felipe B; SILVA, Regina Helena M. J. da (s/d). **Revolução Haitiana e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. Núcleo de Estudos Contemporâneos. Niterói. RJ: UFF. Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Revolucao_Haitiana_e_a_Declaracao_dos_Direitos_do_Homem_e_do_Cidadao.pdf>. Acesso em 06 mai. 2015.

SARFATI, Gilberto. (2005). **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo, SP. Saraiva.

UOL. **Dicionário Online Michaelis**. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em 16 abri. 2016.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CALDAS, Miguel P. (2006). Teoria Crítica e Pós-Modernismo: Principais Alternativas à Hegemonia Funcionalista. **RAE Clássicos**. São Paulo: FGV, v. 46, n. 1. jan-mar.. p. 59-70.. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v46n1/v46n1a06>>. Acesso em 06 mai. 2015.

VITORINO, Juliana (2014). Crianças migrantes: drama estadunidense ou tragédia centro-americana? **O Istmo**, Recife, set.. UFPE. Disponível em <<https://oistmo.com/2014/07/22/analise-criancas-migrantes-drama-estadunidense-ou-tragedia-centro-americana/>>. Acesso em 03 mai. 2005.

Recebido em: 29/07/2015. Aceito em: 10/09/2015.